



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*

RELCENS

RELATÓRIO ACERCA DA REALIZAÇÃO DE CENSO PREVIDENCIÁRIO, RECADASTRAMENTO E PROVA DE VIDA

IDENTIFICAÇÃO:	Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá
EXERCÍCIO:	2023

Relatório do Gestor do RPPS sobre a realização de censo previdenciário, cadastramento e prova de vida, abrangendo as seguintes informações:

1. PROCEDIMENTO	2. PERÍODO	3. POPULAÇÃO	4. ABRANGÊNCIA	5. BASE NORMATIVA	6. DOCUMENTAÇÃO REQUERIDA
Recadastramento Anual	Agosto 2023	100%	Portaria nº 015/2023	2.204/2019	Cópia de todos os documentos pessoais e preenchimento de formulário (anexo)
Recenseamento/censo Previd. de 5 em 5 anos	x	x	x	x	x
Prova de vida Anual	Agosto 2023	100%	Portaria nº 015/2023	2.204/2019	Cópia de todos os documentos pessoais e preenchimento de formulário (anexo)

¹ Recadastramento, recenseamento ou prova de vida.

² Período de realização do procedimento.

³ População abrangida pelo procedimento.

⁴ Amplitude do procedimento em relação à população.

⁵ Anexar a base normativa que fundamenta o procedimento.

⁶ Objeto do procedimento.

Santa Maria de Jetibá - ES, 23 de fevereiro de 2024

David Raasch

Presidente Executivo do IPS/SMJ



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

LEI Nº 2204/2019

DISPÕE SOBRE A BASE DE DADOS CADASTRAIS DOS SEGURADOS, BENEFICIÁRIOS E DEPENDENTES DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE SANTA MARIA DE JETIBÁ E INSTITUI A OBRIGATORIEDADE DE REALIZAÇÃO DO CENSO CADASTRAL PREVIDENCIÁRIO E DO RECADASTRAMENTO ANUAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo.

Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º. O Regime Próprio de Previdência Social de Santa Maria de Jetibá possuirá base cadastral de todos os seus segurados, beneficiários e dependentes, competindo ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ, o gerenciamento da mesma.

§ 1º. Para efeitos do disposto no *caput* considera-se:

- a) segurado – o filiado ao Regime Próprio que esteja na ativa;
- b) beneficiários – aquele que recebe qualquer dos benefícios previdenciários ofertados pelo Regime Próprio;
- c) dependentes – aqueles que integram o rol estabelecido na legislação específica do Regime Próprio.

§ 2º. Para atendimento do disposto no *caput* o Município, seus órgãos da administração direta e entidades da administração indireta proporcionarão acesso irrestrito aos dados dos segurados do Regime Próprio e de seus dependentes.

§ 3º. O acesso de que trata o parágrafo anterior se dará, preferencialmente, pela integração ou migração dos sistemas informatizados que contenham a base de dados.

§ 4º. Não sendo possível a integração ou migração entre os sistemas, deverão os órgãos e entidades mencionados no § 2º proporcionar o acesso aos dados mediante a apresentação de documentação que contenham as informações.

§ 5º. O acesso irrestrito de que trata o § 2º, quando não integrante de rotina informatizada, será feito sempre que solicitado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ, devendo a solicitação ser atendida no prazo máximo de 15 (quinze) dias.

Art. 2º. A base cadastral dos segurados, beneficiários e dependentes do Regime Próprio de Previdência Social de Santa Maria de Jetibá deverá conter informações de natureza pessoal, familiar e profissional.

§ 1º. Nas informações de natureza profissional deverão constar também as relacionadas a outros vínculos previdenciários que porventura, os segurados, tenham possuído antes de seu ingresso no serviço público municipal.

§ 2º. Os dependentes e os beneficiários de pensão por morte ou auxílio reclusão, maiores e capazes, também deverão informar outros vínculos previdenciários que possuam ou tenham possuído.

Hilario Deepke

Prefeito Municipal

CÓPIA



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 3º. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ editará ato administrativo de natureza normativa especificando as informações exigidas no *caput* que deverão constar da base de dados e a forma pela qual serão declarados e comprovados os vínculos previdenciários de que tratam os parágrafos anteriores.

Título I
Censo Cadastral Previdenciário

Art. 3º. Fica instituído o Censo Cadastral Previdenciário do Regime Próprio de Santa Maria de Jetibá, que tem por finalidade a criação, atualização e consolidação da base cadastral de seus segurados, beneficiários e dependentes.

§ 1º. O Censo Cadastral Previdenciário é de caráter obrigatório para todos os mencionados no *caput*.

§ 2º. Os segurados, obrigatoriamente, prestarão as informações quando solicitadas, ainda que estejam em licença com ou sem remuneração, afastados ou ausentes de suas atividades independentemente do motivo.

§ 3º. Os segurados e os beneficiários são responsáveis pela apresentação das informações relacionadas a seus dependentes.

Art. 4º. O Censo Cadastral Previdenciário será realizado a cada 5 (cinco) anos e organizado, gerenciado e executado pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ.

Art. 5º. O Censo é de caráter obrigatório e pessoal, devendo os segurados e beneficiários comparecerem pessoalmente e apresentarem as informações e documentos exigidos.

§ 1º. O não comparecimento implica na imediata suspensão do pagamento da remuneração ou no bloqueio dos proventos a partir do mês imediatamente posterior ao encerramento do Censo.

§ 2º. Nos casos em que não for possível, justificadamente, aos segurados ou beneficiários comparecerem aos locais de realização do Censo, o Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ deverá providenciar o recenseamento do mesmo no lugar onde ele se encontrar.

§ 3º. Compete ao Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ definir as hipóteses em que será aplicado o disposto no parágrafo anterior.

§ 4º. Nos casos de suspensão de pagamento da remuneração ou de bloqueio de proventos o seu restabelecimento somente será feito após a realização do censo, sendo devidos os proventos e a remuneração atinentes ao período do bloqueio ou da suspensão, até o limite de 5 (cinco) anos contados do seu restabelecimento.

§ 5º. Após 5 (cinco) anos de suspensão ou bloqueio por não realização do Censo Previdenciário Cadastral o ausente será excluído, definitivamente, da folha de pagamentos, observando o direito da ampla defesa e do contraditório.

§ 6º. O reaparecimento, a qualquer tempo, do beneficiário implica, desde que comprovado sua identidade, no retorno do pagamento de seus proventos, salvo se já houver ocorrido qualquer das causas de cessação do direito ao benefício previstas na legislação específica.

Hilario Roepke



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

§ 7º. A re-inclusão em folha de pagamentos do segurado ativo, somente será possível, caso não lhe tenha sido imposta sanção pelo abandono de cargo público.

§ 8º. Nas hipóteses previstas nos §§ 6º e 7º a remuneração e os proventos serão devidos a contar do ato que determinou a re-inclusão do segurado ou do beneficiário na respectiva folha de pagamentos, observado, em qualquer das hipóteses o disposto no § 4º.

Título II
Recadastramento Anual

Art. 6º. Além do Censo Cadastral Previdenciário, os segurados, beneficiários e dependentes também deverão realizar recadastramento anual.

Parágrafo Único. O recadastramento tem por objetivo a correção, atualização e ampliação dos dados cadastrais dos mencionados no *caput*.

Art. 7º. Aplicam-se ao recadastramento anual todas as disposições previstas nesta Lei relativas ao Censo Cadastral Previdenciário.

Título III
Disposições Comuns e Gerais

Art. 8º. Nos casos de segurados ou beneficiários residentes no Exterior deverá ser apresentada certidão de prova de vida, emitida pela Embaixada ou Consulado do Brasil nos respectivos países.

Art. 9º. A execução do Censo Previdenciário e do Recadastramento Anual poderá ser feita diretamente pelo Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ ou mediante contratação de empresa especializada, observado, nesse caso, a legislação atinente aos processos licitatórios.

Art. 10. O Censo Cadastral Previdenciário e o Recadastramento Anual serão precedidos de ampla divulgação por intermédio da imprensa do Município ou por qualquer outro meio que permita sua ampla divulgação.

Art. 11. O público a ser recenseado é responsável pela veracidade das informações prestadas, ficando sujeito às sanções administrativas e penais por qualquer informação incorreta.

Art. 12. Estão desobrigados de participarem do Censo Cadastral Previdenciário e do Recadastramento Anual os segurados que ingressarem no serviço público municipal a menos de 6 (seis) meses contados de seu início.

Art. 13. As despesas para realização do Censo Cadastral e do Recadastramento Anual serão custeadas com recursos financeiros da taxa de administração do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ.

§ 1º. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ poderá utilizar-se de recursos oriundos de programas federais da União, sempre que os mesmos não impliquem em ônus pecuniário futuro para o Regime Próprio ou para o Município.

§ 2º. A obrigação estabelecida no *caput* será transferida para o Município sempre que não for possível o custeio das despesas com os recursos da taxa de administração em razão do limite percentual nacionalmente para ela estabelecido.

Hilario Pocpke
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Santa Maria de Jetibá
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

Art. 14. O Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ editará atos administrativos de natureza normativa detalhando as informações e documentos que deverão ser apresentados e os procedimentos operacionais necessários à efetivação do Censo Cadastral Previdenciário e do Recadastramento Anual.

Art. 15. As informações obtidas no Censo Cadastral Previdenciário e no Recadastramento anual devem estar em formato que permita sua migração para o banco de dados do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - IPS/SMJ e de outros sistemas informatizados de caráter nacional a que o Regime Próprio de Santa Maria de Jetibá venha a integrar.

Art. 16. Os prazos de que tratam os artigos 4º e 6º desta Lei terão sua contagem iniciada a partir da vigência desta norma.

Art. 17. Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Santa Maria de Jetibá-ES, 11 de Junho de 2019.


HILÁRIO ROEPKE
Prefeito Municipal



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*

PORTARIA Nº 015/2023

**DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO
RECADASTRAMENTO ANUAL E PROVA
DE VIDA DOS APOSENTADOS E
PENSIONISTAS VINCULADOS AO IPS/SMJ
DO ANO DE 2023, E DÁ OUTRAS
PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPS/SMJ – Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso das suas atribuições legais, na forma do Art. 9º, Inciso II, Lei Federal nº 10.887 de 18 de junho de 2004, do Art. 3º, Inciso I, Art. 5º e do Art. 6º da Lei Municipal nº 2204/2019 de 11 de junho de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. Fica determinada a realização do recadastramento anual de caráter **OBRIGATÓRIO** dos aposentados e pensionistas que estão vinculados ao IPS/SMJ, com a finalidade de confirmar por meio da realização por declaração de prova de vida junto ao Regime Próprio de Previdência Social do Município e subsidiar a concessão e manutenção de seus benefícios.

Parágrafo Único. Não sendo a convocação atendida pelo segurado ou do seu representante legal até o prazo final para a atualização, será então **SUSPENSO O PAGAMENTO** de seu benefício, se aposentado ou pensionista, sendo restabelecido após a regularização do devido procedimento de preenchimento do formulário da declaração do recadastramento anual.

Art. 2º. O recadastramento anual de que trata o artigo anterior será coordenado pelo IPS/SMJ no período compreendido entre os dias: **01 de agosto de 2023 à 31 de agosto de 2023.**

§ 1º. O recadastramento anual dos **aposentados e pensionistas** será realizado nas dependências do IPS/SMJ, localização: **Rua dos Imigrantes, nº 245, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES**, no **horário de 07:30 às 17:00 horas, com intervalo das 11:00 às 12:30 horas para almoço.** Em caso de dúvidas, seguem os seguintes contatos por telefone: **(27) 3263-1680** ou no e-mail: **ips_smj@yahoo.com.br**

§ 2º. No caso de aposentados e pensionistas, residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá – ES, o recadastramento anual poderá ser efetuado por meio do preenchimento do formulário de declaração previsto no art. 3º desta Portaria, devidamente assinado e nesse caso com o reconhecimento de firma da assinatura e posteriormente realizando o encaminhando desse documento com as cópias solicitadas para o IPS/SMJ, as cópias dos documentos só serão necessárias seu envio somente quando houverem mudança de informações, por correspondência no prazo previsto no *caput* deste artigo. Segue o endereço para envio: **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - Rua dos Imigrantes, nº 245, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, CEP: 29.645-000.**

§ 3º. No caso de aposentados e pensionistas, residente no Exterior, o recadastramento anual poderá



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

ser efetuado por meio do preenchimento do formulário de declaração previsto no art. 3º desta Portaria com as cópias dos documentos solicitados, devidamente assinado e realizando o encaminhando para o endereço do IPS/SMJ por correspondência no prazo previsto no caput deste artigo, anexando a declaração de vida e o Estado Civil original, feita no mês do recadastramento anual, contendo os dados pessoais sendo expedida pela Embaixada ou Consulado do Brasil nos respectivos países de origem do aposentado ou pensionista.

§ 4º. No caso de aposentados e pensionistas incapazes, residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, seu procurador ou curador deverá preencher o formulário de declaração previsto no art. 3º dessa Portaria, assinar o documento, fazer o reconhecimento de firma por autenticidade e encaminhar o formulário de declaração com as cópias dos documentos solicitados para o IPS/SMJ por correspondência no prazo previsto no caput deste artigo, juntamente com cópia autenticada da Procuração ou Termo de Curatela, assim como, o laudo médico que ateste a incapacidade do aposentado ou pensionista, com a data atual, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias.

§ 5º. Devido a situação provocada pela Pandemia na saúde decorrente da doença do Covid-19, fica estabelecido um cronograma para a realização do recadastramento anual para aqueles segurados que vierem presencialmente para preencher a sua declaração, e para os que realizarem por meio de envio da documentação residentes fora do Município ou do Exterior, podem realizar no prazo mensal estipulado no art. 2º, seguem os períodos e as iniciais de cada nome de aposentados e ou pensionistas daqueles que vierem realizar de forma presencial, conforme datas e as iniciais do seu nome:

I – Dia 01 a 04 de agosto de 2023 – Nomes com as letras: “A”, “B”, “C” e “D”;

II – Dia 07 a 11 de agosto de 2023 – Nomes com as letras: “E”, “F”, “G”, “H”, “I”, “J” e “K”;

III – Dia 14 a 18 de agosto de 2023 – Nomes com as letras: “L”, “M” e “N”;

IV – Dia 21 a 25 de agosto de 2023 – Nomes com as letras: “O”, “P”, “Q”, “R”, “S”, “T” “U”, “V”, “W”, “X”, “Y” e “Z”;

V – Dia 28 a 31 de agosto de 2023 – Período livre para aqueles segurados que não realizaram no prazo estabelecido conforme cronograma com as iniciais de cada nome.

Art. 3º. O recadastramento anual será realizado por meio de formulário de declaração específico constante no anexo desta Portaria, preenchido sem emendas ou rasuras, onde os aposentados e pensionistas deverão atestar veracidade das informações declaradas, e tomarão ciência das sanções previstas em legislação no caso de seu desatendimento.

§ 1º. O formulário de declaração para o recadastramento anual encontra-se disponível no sítio eletrônico do IPS/SMJ: **www.ipssmj.es.gov.br**. Para aqueles aposentados e pensionistas que desejarem apresentar a declaração devidamente preenchida.

§ 2º. A atualização da declaração como prova de vida mediante procuração, nos caso de aposentados e pensionistas que estejam impossibilitados de comparecerem pessoalmente para o recadastramento anual, devendo apresentar atestado ou relatório médico, com data atual, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias, podendo-se fazer representar por procurador legal, munido de procuração pública com data inferior a 90 (noventa) dias, ou termo de nomeação guarda/tutela, hipótese em que o IPS/SMJ, como condição para considerar como prova de vida o aposentado ou o pensionista,



Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - ES

diligenciará para confirmar os dados informados.

§ 3º. Os motivos aceitos para o não comparecimento pessoal do segurado, são:

I – Por internação hospitalar mediante a sua comprovação;

II – Em repouso domiciliar mediante atestado ou relatório/orientação médica;

III – Por detenção ou reclusão em ambiente prisional, sendo neste caso obrigatório a apresentação de declaração da instituição prisional de origem;

IV – O recadastramento anual realizado por correspondência, para os aposentados e pensionistas residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá – ES, comprovados pelo respectivo comprovante de residência.

§ 4º. Poderão ser representados por procurador devidamente constituído para este fim, o aposentado ou pensionista que possuir dificuldade de locomoção em decorrência de problemas de saúde, mediante a apresentação de atestado médico que comprove a dificuldade.

§ 5º. Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo será anexado ao formulário de declaração a procuração correspondente.

§ 6º. O segurado aposentado ou pensionista realizando seu recadastro anual, é responsável pela exatidão das informações prestadas no preenchimento do formulário da declaração de prova de vida, ficando sujeito às sanções cíveis, penais e administrativas por qualquer informação incorreta.

Art. 4º. O segurado que comparecer ao IPS/SMJ ou aquele que enviar a sua documentação por meio de correspondência, realizando com a documentação incompleta ou de forma diferente da estipulada nesta Portaria, **NÃO** será considerada a efetivação concluída do seu recadastramento anual.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Santa Maria de Jetibá – ES, 27 de junho de 2023.

DAVID RAASCH

Presidente Executivo do IPS/SMJ

Decreto Municipal nº. 1599/2022



*Instituto de Previdência dos Servidores do
Município de Santa Maria de Jetibá - ES*

ANEXO I

AUTODECLARAÇÃO

RECADASTRAMENTO ANUAL – PROVA DE VIDA

Declaro que tenho conhecimento da obrigatoriedade de fazer o recadastramento anual por meio de comprovação de prova de vida junto ao IPS/SMJ como requisito para a continuidade de recebimento dos benefícios como aposentado e/ou pensão por morte pago por esta Autarquia Municipal. Apresento essa declaração com os dados pessoais e endereço conforme constam nas informações abaixo:

APOSENTADO(A) ()

PENSIONISTA ()

Nome Completo: _____

Inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF: _____

Endereço: _____

Nº: _____ **Bairro:** _____

Cidade: _____ **UF:** _____

CEP: _____

Telefone(s) para contato: () - _____

E-mail: _____

Cópias que devem ser anexadas a essa declaração **SOMENTE** em caso de alguma mudança dos dados pessoais ou de endereço:

- Cópias simples para aqueles que realizam presencialmente.

* Registro Geral (RG);

* Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

* Certidão: Casamento / Divórcio / Óbito (Dependente);

* Comprovante de Residência: Documento emitido com data inferior a cento e vinte dias.

- Cópias por autenticidade para aqueles que realizarem por meio de envio via correspondência.

Local e Data

Assinatura

AO CARTÓRIO: Reconhecimento de firma dessa declaração **SOMENTE POR AUTENTICIDADE**, nos casos de residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, e ou residentes no Exterior.

Lembrete: Enviar juntamente com esta declaração a cópia autenticada dos documentos pessoais solicitados que constam nessa declaração, **SOMENTE** em casos quando houverem alteração dos dados pessoais ou de endereço.

**Instituto de Previdência dos Servidores
Públicos do Município de Santa Maria de Jetibá**

Portaria

PORTARIA Nº 015/2023

**DISPÕE SOBRE A REALIZAÇÃO DO
RECADASTRAMENTO ANUAL E PROVA DE
VIDA DOS APOSENTADOS E PENSIONISTAS
VINCULADOS AO IPS/SMJ DO ANO DE 2023, E
DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

O PRESIDENTE EXECUTIVO DO IPS/SMJ - Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá, Estado do Espírito Santo, no uso das suas atribuições legais, na forma do Art. 9º, Inciso II, Lei Federal nº 10.887 de 18 de junho de 2004, do Art. 3º, Inciso I, Art. 5º e do Art. 6º da Lei Municipal nº 2204/2019 de 11 de junho de 2019.

RESOLVE

Art. 1º. Fica determinada a realização do recadastramento anual de caráter **OBRIGATÓRIO** dos aposentados e pensionistas que estão vinculados ao IPS/SMJ, com a finalidade de confirmar por meio da realização por declaração de prova de vida junto ao Regime Próprio de Previdência Social do Município e subsidiar a concessão e manutenção de seus benefícios.

Parágrafo Único. Não sendo a convocação atendida pelo segurado ou do seu representante legal até o prazo final para a atualização, será então **SUSPENSO O PAGAMENTO** de seu benefício, se aposentado ou pensionista, sendo restabelecido após a regularização do devido procedimento de preenchimento do formulário da declaração do recadastramento anual.

Art. 2º. O recadastramento anual de que trata o artigo anterior será coordenado pelo IPS/SMJ no período compreendido entre os dias: **01 de agosto de 2023 à 31 de agosto de 2023.**

§ 1º. O recadastramento anual dos **aposentados e pensionistas** será realizado nas dependências do IPS/SMJ, localização: **Rua dos Imigrantes, nº 245, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES**, no **horário de 07:30 às 17:00 horas**, com **intervalo das 11:00 às 12:30 horas para almoço**. Em caso de dúvidas, seguem os seguintes contatos por telefone: **(27) 3263-1680** ou no e-mail: **ips_smj@yahoo.com.br**

§ 2º. No caso de aposentados e pensionistas, residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá - ES, o recadastramento anual poderá ser efetuado por meio do preenchimento do formulário de declaração previsto no art. 3º desta Portaria, devidamente assinado e nesse caso com o reconhecimento de firma da assinatura e posteriormente realizando o encaminhando desse documento com as cópias solicitadas para o IPS/SMJ, as cópias dos documentos só serão necessárias seu envio somente quando houverem mudança de informações, por correspondência no prazo previsto no *caput* deste artigo. Segue o endereço para envio: **Instituto de Previdência dos Servidores do Município de Santa Maria de Jetibá - Rua dos Imigrantes, nº 245, Centro, Santa Maria de Jetibá-ES, CEP: 29.645-000.**

§ 3º. No caso de aposentados e pensionistas, residente no Exterior, o recadastramento anual poderá ser efetuado por meio do preenchimento do formulário de declaração previsto no art. 3º desta Portaria com as cópias dos documentos solicitados, devidamente assinado e realizando o encaminhando para o endereço do IPS/SMJ por correspondência no prazo previsto no *caput* deste artigo, anexando a declaração de vida e o Estado Civil original, feita no mês do recadastramento anual, contendo os dados pessoais sendo expedida pela Embaixada ou Consulado do Brasil nos respectivos países de origem do aposentado ou pensionista.

§ 4º. No caso de aposentados e pensionistas incapazes, residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, seu procurador ou curador deverá preencher o formulário de declaração previsto no art. 3º dessa Portaria, assinar o documento, fazer o reconhecimento de firma por autenticidade e encaminhar o formulário de declaração com as cópias dos documentos solicitados para o IPS/SMJ por correspondência no prazo previsto no *caput* deste artigo, juntamente com cópia autenticada da Procuração ou Termo de Curatela, assim como, o laudo médico que ateste a incapacidade do aposentado ou pensionista, com a data atual, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias.

§ 5º. Devido a situação provocada pela Pandemia na saúde decorrente da doença do Covid-19, fica estabelecido um cronograma para a realização do recadastramento anual para aqueles segurados que vierem presencialmente para preencher a sua declaração, e para os que realizarem por meio de envio da documentação residentes fora do Município ou do Exterior, podem realizar no prazo mensal estipulado no art. 2º, seguem os períodos e as iniciais de cada nome de aposentados e ou pensionistas daqueles que vierem realizar de forma presencial, conforme datas e as iniciais do seu nome:

I - Dia 01 a 04 de agosto de 2023 - Nomes com as letras: **"A", "B", "C" e "D"**;

II - Dia 07 a 11 de agosto de 2023 - Nomes com as letras: **"E", "F", "G", "H", "I", "J" e "K"**;

III - Dia 14 a 18 de agosto de 2023 - Nomes com as letras: **"L", "M" e "N"**;

IV - Dia 21 a 25 de agosto de 2023 - Nomes com as letras: **"O", "P", "Q", "R", "S", "T", "U", "V", "W", "X", "Y" e "Z"**;

V - Dia 28 a 31 de agosto de 2023 - Período livre para aqueles segurados que não realizaram no prazo estabelecido conforme cronograma com as iniciais de cada nome.

Art. 3º. O recadastramento anual será realizado por meio de formulário de declaração específico constante no anexo desta Portaria, preenchido sem emendas ou rasuras, onde os aposentados e pensionistas deverão atestar veracidade das informações declaradas, e tomarão ciência das sanções previstas em legislação no caso de seu desatendimento.

§ 1º. O formulário de declaração para o recadastramento anual encontra-se disponível no sítio eletrônico do IPS/SMJ: **www.ipssmj.es.gov.br**. Para aqueles aposentados e pensionistas que desejarem apresentar a declaração devidamente preenchida.

www.amunes.es.gov.br

§ 2º. A atualização da declaração como prova de vida mediante procuração, nos caso de aposentados e pensionistas que estejam impossibilitados de comparecerem pessoalmente para o recadastramento anual, devendo apresentar atestado ou relatório médico, com data atual, com prazo de validade de no máximo 90 (noventa) dias, podendo-se fazer representar por procurador legal, munido de procuração pública com data inferior a 90 (noventa) dias, ou termo de nomeação guarda/tutela, hipótese em que o IPS/SMJ, como condição para considerar como prova de vida o aposentado ou o pensionista, diligenciará para confirmar os dados informados.

§ 3º. Os motivos aceitos para o não comparecimento pessoal do segurado, são:

I - Por internação hospitalar mediante a sua comprovação;

II - Em repouso domiciliar mediante atestado ou relatório/orientação médica;

III - Por detenção ou reclusão em ambiente prisional, sendo neste caso obrigatório a apresentação de declaração da instituição prisional de origem;

IV - O recadastramento anual realizado por correspondência, para os aposentados e pensionistas residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá - ES, comprovados pelo respectivo comprovante de residência.

§ 4º. Poderão ser representados por procurador devidamente constituído para este fim, o aposentado ou pensionista que possuir dificuldade de locomoção em decorrência de problemas de saúde, mediante a apresentação de atestado médico que comprove a dificuldade.

§ 5º. Em qualquer das hipóteses previstas neste artigo será anexado ao formulário de declaração a procuração correspondente.

§ 6º. O segurado aposentado ou pensionista realizando seu recadastro anual, é responsável pela exatidão das informações prestadas no preenchimento do formulário da declaração de prova de vida, ficando sujeito às sanções cíveis, penais e administrativas por qualquer informação incorreta.

Art. 4º. O segurado que comparecer ao IPS/SMJ ou aquele que enviar a sua documentação por meio de correspondência, realizando com a documentação incompleta ou de forma diferente da estipulada nesta Portaria, **NÃO** será considerada a efetivação concluída do seu recadastramento anual.

Art. 5º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

Santa Maria de Jetibá - ES, 27 de junho de 2023.

DAVID RAASCH
Presidente Executivo do IPS/SMJ
Decreto Municipal nº. 1599/2022

ANEXO I
AUTODECLARAÇÃO
RECADASTRAMENTO ANUAL
PROVA DE VIDA

Declaro que tenho conhecimento da obrigatoriedade de fazer o recadastramento anual por meio de comprovação de prova de vida junto ao IPS/SMJ como requisito para a continuidade de recebimento dos benefícios como aposentado e/ou pensão por morte pago por esta Autarquia Municipal. Apresento essa declaração com os dados pessoais e endereço conforme constam nas informações abaixo:

APOSENTADO(A) () PENSIONISTA ()

Nome Completo:

Inscrição Cadastro de Pessoas Físicas-CPF:

Endereço:

Nº:

Bairro:

Cidade:

UF:

CEP:

Telefone(s) para contato:

E-mail:

Cópias que devem ser anexadas a essa declaração **SOMENTE** em caso de alguma mudança dos dados pessoais ou de endereço:

- Cópias simples para aqueles que realizam presencialmente.

* Registro Geral (RG);

* Cadastro de Pessoas Físicas (CPF);

* Certidão: Casamento / Divórcio / Óbito (Dependente);

* Comprovante de Residência: Documento emitido com data inferior a cento e vinte dias.

- Cópias por autenticidade para aqueles que realizarem por meio de envio via correspondência.

Local e Data

Assinatura

AO CARTÓRIO: Reconhecimento de firma dessa declaração **SOMENTE POR AUTENTICIDADE**, nos casos de residentes fora do Município de Santa Maria de Jetibá-ES, e ou residentes no Exterior.

Lembrete: Enviar juntamente com esta declaração a cópia autenticada dos documentos pessoais solicitados que constam nessa declaração, **SOMENTE** em casos quando houverem alteração dos dados pessoais ou de endereço.

Protocolo 1114199

Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Aracruz


Contrato

RESUMO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO Nº 047/2022 - PROCESSO Nº 079/2022.
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Aracruz.
AGENTE PROMOTOR: Serviço Autônomo de Água e

www.amunes.es.gov.br

Múltiplos signatários

em: 20/03/2024 14:20.

	<div>INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES DO MUNICÍPIO DE SANTA MARIA DE JETIBÁ</div> <div>Rua dos Imigrantes, nº 245, Centro, Santa Maria de Jetibá – ES CNPJ: 39.616.875/0001-58</div>				
ATUALIZAÇÃO DE DADOS CADASTRAIS DE APOSENTADOS E PENSIONISTAS					
APOSENTADO (A) () PENSIONISTA ()					
Nome:				Matrícula:	Estado Civil:
Data Nascimento:	Nº Identidade / Órgão Expedidor / Data de Emissão / UF:			CPF:	Naturalidade:
Título Eleitoral:		Zona / Seção / Data T.E:		Município T.E / UF:	
CTPS:	Série / Data / UF da CTPS:		PIS/PASEP:		Data / Agência PIS/PASEP:
Filiação (Pai e Mãe):			Cor:	Sexo () M () F	Deficiente? () Sim () Não Tipo:
INFORMAÇÕES BANCÁRIAS (Banco do Brasil, Banco do Banestes e Caixa Econômica Federal)					
Nome do Banco / Número da Agência:			Cod. Operação / Número da Conta		() Conta Corrente
					() Salário Eletrônico
DADOS RESIDENCIAIS					
Endereço:					
CEP:	UF:	E-mail:		Telefone(s):	
DADOS DO CÔNJUGE / COMPANHEIRO(A)					
Nome:		CPF:		Vínculo Conjugal	
				() Casamento () União Estável	
Data de Nascimento:		Data do Casamento / União Estável:			

DECLARAÇÃO DE DEPENDENTES (Filhos até 21 anos de idade)					
Nome do Dependente	CPF	Data de Nascimento	Sexo	É estudante Universitário ?	É dependente para efeito de IRRF?
			() M () F	() Sim () Não	() Sim () Não
			() M () F	() Sim () Não	() Sim () Não
			() M () F	() Sim () Não	() Sim () Não
			() M () F	() Sim () Não	() Sim () Não
			() M () F	() Sim () Não	() Sim () Não
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE					
Tipo de Representante () Tutor (Termo emitido por sentença judicial) () Curador (Termo emitido por decisão judicial) () Tutor Nato (pai/mãe) () Procurador (Possuir procuração)					
Nome:		Data Nascimento:	Nº Identidade / Órgão Expedidor / Data de Emissão / UF:		
CPF:	Naturalidade:	Telefones:			
Endereço:					

OBSERVAÇÕES:

1) O Representante Legal do aposentado ou pensionista deverá apresentar cópia autenticada do documento que comprove sua condição, ou seja: sentença judicial, no caso de Tutor ou Curador, certidão de nascimento do menor, no caso de Tutor Nato.

2) O aposentado ou pensionista que necessitam manter um Procurador, deverá apresentar procuração passada em cartório nos últimos seis meses, com validade por igual período.

3) Cópia dos seguintes documentos: CPF, RG, Título de Eleitor, PIS/PASEP, Carteira de Trabalho, Certidão de Nascimento/Casamento, Certidão de Nascimento de filho menor de 21 anos, CPF do filho maior de 08 anos de idade, Cartão do Banco: Conta Corrente/Salário Eletrônico, Comprovante de Residência Atualizado.

Declaro, sob as penas da Lei, serem verdadeiras as informações acima.

Santa Maria de Jetibá – ES, _____ de _____ de 2023

Assinatura